

O TRABALHO DOCENTE: ENTRE PRESCRIÇÕES E RENORMALIZAÇÕES

*Vanessa Carla de Freitas
Susane Petinelli Souza*

1. Introdução

O trabalho docente como atividade intelectual é permeada por expectativas e normas. Ainda assim, para realizar todas as atividades que compõem o trabalho, o docente precisa criar caminhos novos para além dos manuais. Para atender as demandas do trabalho, o docente trabalhará além do seu horário de trabalho; imprimirá sobre as atividades os valores, percepções e experiências próprias, renormalizando atividade.

As normas e prescrições são a base pela qual o sujeito pensa e realiza o trabalho; ao mesmo tempo, são impossíveis de serem vividas integralmente no cotidiano; as normas podem não mudar, mas o trabalhador muda constantemente, não só em termos biológicos, mas também em termos emocionais, cognitivos, etc. As renormalizações, considerando as variações ambientais, traduzem as normas e prescrições em ações reais.

Posto isto, o estudo busca compreender como as prescrições e renormalizações influenciam no trabalho dos docentes do curso de administração da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Para tal, foi preciso identificar as prescrições e as renormalizações envolvidas no trabalho docente.

2. A ergologia e a atividade de trabalho

A ergologia busca problematizar o trabalho por meio de uma multiplicidade de possibilidades, ampliando a investigação para o interior e o exterior da organização. Segundo Araújo e Alevato (2011), a ergologia importa-se com o sujeito realizador das atividades de trabalho. Para os autores, é no cotidiano do trabalho que os saberes são construídos, atendendo àquilo que as normas não conseguem prever. É um processo eterno de negociação entre o fazer real da atividade e o que a norma sugere (Schwartz, 2007). Segundo Durrive (2007), a abordagem reconhece o intelecto do trabalhador, que busca novas maneiras de realizar o trabalho.

O trabalho é um elemento vital da vida das pessoas, ele define a posição que o sujeito ocupa na sua comunidade social (Schwartz, 1996). Dessa forma, é uma condição inescapável (Petineli-Souza; Souza, 2012). Além disso, o trabalho não pode ser restrito à ideia de troca de tempo de trabalho por recompensa financeira, sendo muito mais um laço social (Souza; Bianco, 2007).

O trabalho é moldado pela forma como a tarefa é realizada no dia-a-dia, em cada atividade que compõe o trabalho. Segundo Telles e Alvarez (2004) a atividade de trabalho é a realização das normas preestabelecidas. A atividade abrange elementos que não podem ser plenamente treinados, envolve a contingência de cada situação, as experiências singulares de cada trabalhador (Morschel et al., 2011; Cunha; Alves, 2012). Para Schwartz (2007), a forma de realizar a atividade está constantemente se transformando.

Segundo Daniellou (2004) a atividade de trabalho engloba o intervalo entre as normas e a forma como realmente o trabalho foi realizado, dentro da dinâmica do que foi solicitado e o que foi entregue (Boutet apud Lima; Bianco, 2009). Para Schwartz (2000), estão envolvidas as histórias de vida do sujeito e da sociedade, elementos de linguagem, confrontação com a realidade, o tempo, etc. Além disso, nas atividades de trabalho estão presentes o saber pessoal do sujeito, para preencher a distância entre o prescrito e o real (Trinquet, 2010).

A ergologia possui vocabulários e conceitos específicos, com a finalidade de não ser confundida (Freguglia, 2016). Um dos

conceitos fundamentais são as normas antecedentes e as renormalizações, os quais consistem respectivamente, nas regras instituídas pela organização, e formalmente registradas nos estatutos e manuais, e as normas instituídas pelos grupos sociais (Mezadre; Bianco, 2011). Para Telles e Alvarez (2004), as normas antecedentes demonstram que diversas circunstâncias levam o trabalhador a realizar o trabalho de forma distinta da idealizada. Para Araújo e Alevato (2011), uma das razões dessa diferença é que cada sujeito imprime na atividade suas experiências. Outro aspecto é a não consideração do fator humano na elaboração das normas (Petinelli-Souza; Bianco; Machado, 2007).

As renormalizações são as ações que o trabalhador faz na atividade de trabalho, influenciado pelas normas e valores pessoais, que abarcam a tomada de decisão (MEZADRE; BIANCO, 2011). Para Araújo e Alevato (2011), na renormalização, o trabalhador coloca em evidência a sua própria forma de perceber o trabalho, com elementos que lhe são próprios, os quais podem não ser aplicáveis a outras pessoas. Trata-se de um processo contínuo, onde o sujeito está constantemente em transformação, e por consequência, sua forma de trabalhar (Dias; Santos; Aranha, 2015).

Ao trabalhar, o sujeito está realizando um uso de si por ele mesmo e se deixando ser usado pelos outros (Schwartz, 2000). O termo uso de si vem romper com a ideia de que o trabalho é a execução de uma tarefa simplesmente, é mais do que isso, é a aplicação da complexidade humana colocada na realização de uma ação (Borges, 2004). Segundo Araújo e Alevato (2011), o sujeito realiza o uso de si por si quando algo foge ao que foi previsto, forçando-o a realizar escolhas, nesse processo o sujeito utiliza os seus conhecimentos e experiências para discernir qual ação tomar para solucionar o problema. Trata-se de um uso que o sujeito faz de todas as suas habilidades pessoais, sociais, seu saber-fazer, suas avaliações etc., (Borges, 2004).

Os usos feitos do sujeito também são em favor dos outros, segundo Nouroudine e outros (2004), o uso de si pelos outros é quando o trabalhador utiliza os seus conhecimentos, experiências na realização de atividades em favor de outros ou do coletivo. Ainda segundo o autor, em sua maioria são ordens e procedimentos não

idealizados por ele, com recursos que não lhe pertencem, mas concedidos por outros. Segundo Schwartz (2007), no uso de si, há o encontro com o outro e, nesse encontro, escolhas são realizadas, novas formas de pensar a execução da tarefa são colocadas e normas não institucionais são criadas e reforçadas.

Outro conceito relevante para ergologia é o corpo-si, que segundo Schwartz e Durrive (2007), a noção de corpo é relevante devido a ser nele que se realizam a mediação e a gestão das diversidades que estão presentes nos usos de si por si e pelos outros. A docência exige que o sujeito imprima nas aulas, suas experiências anteriores, há uma presença marcante do corpo-si, um saber que está impresso no corpo do docente e que é colocado a serviço do ensino, conforme apresentado a seguir.

3. O trabalho docente na universidade pública

Segundo Schwartz e Bittencourt (2012), nos últimos anos tem havido uma delegação por parte das famílias da responsabilidade pela educação e formação do sujeito. No entanto, apesar dos professores serem parte desse processo a família também tem um importante papel a exercer (Veiga, 2006; Nörnberg; Forster, 2016).

No que se refere ao trabalho docente universitário, não basta ter conhecimento sobre uma disciplina, o docente precisa de conhecimentos didáticos e pedagógicos (Fiorin, 2001; Libâneo, 2002; Veiga, 2006; Silva; Borba, 2011; Joosten, 2013; Gonçalves; Rochael, 2015). Para Grillo, (2001), Libâneo (2002) e Santana (2013), o docente deve ser formado para buscar formas de promover o ensino, de entender os modos de funcionamento das diversas turmas, ser sensível às realidades ali encontradas. Fávero e Pasinato (2013) explicam que a atividade docente abarca a dimensão pessoal e profissional do professor. Segundo Santana (2013) o trabalho docente exige criatividade, pois o professor precisa apresentar aos discentes assuntos que até então lhes são desconhecidos, tornar o conteúdo inteligível.

O trabalho do professor não se resume à sala de aula e a corrigir provas (Lemos, 2011). Segundo Arbex, Souza e Mendonça

(2013) existem aspectos que não são notados facilmente, são praticamente invisíveis, como: elaboração de projetos, elaboração de relatórios e pareceres, reuniões de departamento, de conselhos de ensino, que fazem parte da rotina do docente de forma sazonal (Alvarez, 2004).

Devido à sua natureza, o trabalho docente não é realizado em um posto de trabalho fixo, mas em ambiente diversos como salas de aulas, laboratórios, sala de reuniões de departamento, seminários dentro e fora do país. Não se pode falar em uma jornada formal de trabalho para o docente. O trabalho é realizado também em casa, fora do horário de trabalho, tomando o tempo de descanso e lazer do docente (Arbex; Souza; Mendonça, 2013).

Ao professor universitário ainda é acrescida outras atividades: as administrativas. Conforme Lemos (2011), as atividades administrativas exercidas pelo docente geram estresse, pois envolvem muitas exigências internas e externas, o controle de muitas informações, o acompanhamento das mudanças tecnológicas, além do trato com os aspectos da própria vida privada e profissional.

O docente universitário também exerce o papel de “captador de recursos” fora da Universidade ou dos recursos do governo para a educação, o que pode colaborar para o desenvolvimento de pesquisas importantes (Lemos, 2011). Essa atividade faz com que o docente seja muitas vezes um agente duplo na universidade, ora servindo à sua principal finalidade, ora atendendo às demandas do mercado acadêmico (Lemos, 2011).

Segundo Tragtemberg (1981), tem ocorrido uma delinquência acadêmica, onde os três pilares da universidade são deixados de lado e se foca somente em um, a pesquisa. Segundo Chauí (2003), isso contribui para que os docentes vivam em um sistema de concorrência, estimulados pelos meios de avaliação, que privilegiam a quantidade de publicações e deixam de considerar outras atividades desenvolvidas pelos docentes. Para Fischer, Nicolini e Silva (2005), não se deve reduzir a universidade à pesquisa, esta é apenas um de seus elementos, mas não é a única.

4. Caminhos metodológicos

Este é um estudo qualitativo que, segundo Neves (1996), é um tipo de pesquisa que busca entender os acontecimentos segundo as perspectivas estudadas. O procedimento técnico utilizado foi o estudo descritivo, que tem por objetivo descrever classificar e interpretar os elementos do fenômeno, sem a intenção de explicar o porquê (Triviños, 1987; Danton, 2002).

A pesquisa foi realizada na Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, no departamento de Administração. Participaram da pesquisa professores que ministram aulas na graduação em administração da UFES. Os professores foram selecionados por acessibilidade. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas que, segundo Boni e Quaresma (2005), tem por característica o pesquisador possuir questões que devem ser respondidas pelos pesquisados, porém essas são feitas de maneira informal. Trata-se de um instrumento que permite o mapeamento e a compreensão das realidades dos participantes (Gaskell, 2002). Ainda segundo o autor, um elemento interessante da entrevista é a possibilidade de troca de percepções durante a entrevista, o pesquisador ouve o entrevistado, e realiza interpretações, caracterizando não um processo de informação de mão única, mas uma interação, onde pesquisador e pesquisado formam o conhecimento.

Para se atingir os objetivos deste estudo, também foi realizada análise documental, com a finalidade de ter acesso às prescrições que envolvem a atividade docente na instituição estudada. Dessa forma, analisar os documentos foi parte indispensável do estudo, pois somente com as informações das prescrições foi possível perceber as renormalizações. Segundo Alves-Mazzoti e Gewandsnajder (2002), toda forma de registro é um documento. Foram utilizados neste estudo as resoluções, o regimento e o estatuto da universidade, assim como, legislações pertinentes.

Para analisar os materiais coletados realizou-se a leitura profunda dos materiais com a finalidade de compreender as situações do trabalho docente, inspirado na análise de conteúdo da Bardin (2006); que analisa as falas dos sujeitos, os quais são separadas da entrevista e dos documentos selecionados, com o intuito de obter um

prévio conhecimento do conteúdo dos materiais, os quais atendiam aos requisitos de: exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência (Bardin, 2006). Em seguida, realizou-se a organização sistemática dos achados em categorias, que foram dispostas em unidades de registro e classificados por tema (Bardin, 2006). Por fim, realizou-se a interpretação dos materiais obtidos (Bardin, 2006).

5. Resultados e Discussão

Apesar dos docentes no exercício do trabalho possuírem certa autonomia, (Alvarez, 2004), esta tem limites, pois há normas institucionais, governamentais, as quais devem ser observadas e influenciam na concretização do trabalho docente. Neste estudo analisou-se as prescrições e normas antecedentes, que compõem as atividades docentes por meio dos seguintes documentos: Estatuto da UFES; Regimento Geral da UFES; Lei 9394/1996; Lei 8027/1990; Lei 11784/2008; Portaria UFES n° 1775/2009; Resolução UFES n° 25/1986; Resolução UFES n° 60/1992; Resolução CNE n° 3/2007. Os documentos foram escolhidos por acessibilidade. Os materiais coletados não representam a totalidade de normas a respeito do trabalho docente, tendo em vista que cada instituição pode ter suas próprias normas. A seguir, expõem-se os trechos dos documentos que foram selecionados, os quais foram categorizados por tema.

CATEGORIA	PRESCRIÇÕES	DESCRIÇÃO
Universidade	Estatuto UFES. ART. 26	Compete ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão: X. decidir sobre a distribuição, pelas várias unidades universitárias, dos cargos do pessoal docente; XI. estabelecer a política de pessoal docente na forma prevista em lei; XIV. aprovar os programas de treinamento de pessoal de magistério, propostos pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação; XVI. aprovar o Regimento da Comissão Permanente de Pessoal Docente;
Universidade	Estatuto UFES. ART. 60	O Departamento compreenderá disciplinas afins e congregará docentes para objetivos comuns de ensino, pesquisa e extensão.
Universidade	L.9394.Art. 47	Na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluindo o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

Universidade	P.1775.ART.1°	Art. 1° - A programação anual das férias dos docentes deverá ser adequada ao Calendário Acadêmico da UFES que estiver em vigor, de forma que seu gozo não venha a coincidir com o período letivo.
Universidade	Regimento Geral UFES Art. 175	O professor integrante da carreira de magistério ficará submetido a um dos seguintes regimes de trabalho: I. Dedicção exclusiva, com obrigação de prestar quarenta horas semanais de trabalho em dois turnos diários completos e impedimento do exercício de curta atividade remunerada, pública ou privada; II. Tempo parcial de vinte horas semanais de trabalho, preferencialmente exercido em um único turno.
Universidade	Regimento Geral UFES Art. 177	A carga didática semanal média (CDSM) constitui a parte dos encargos didáticos referente às atividades em classe, exprimindo-se em horas-aula. § 1° A CDSM será expressa pelo quociente do número total de horas-aula semanais pelo número de professores disponíveis no Departamento. § 2° A carga didática semanal média por Departamento não poderá ser inferior à de 8 (oito) horas-aula.
Universidade	Regimento Geral UFES Art. 178	Nenhum docente poderá ter carga horária de aulas inferior a 8 (oito) horas semanais, em qualquer regime. Parágrafo único. A carga horária máxima de aulas não poderá ser superior a 12 (doze) horas no regime de vinte horas semanais de trabalho, nem superior a 20 (vinte) horas nos regimes de 40 horas semanais e de dedicação exclusiva.
Universidade	Regimento Geral UFES Art. 205	Além dos casos previstos na legislação vigente, o ocupante de cargo ou emprego das carreiras de magistério e técnico-administrativo poderá afastar-se de suas funções, assegurados todos os direitos e vantagens a que fizer jus em razão de sua atividade: I. para aperfeiçoar-se em instituição nacional ou estrangeira; II. para prestar colaboração a outra instituição de ensino ou de pesquisa; III. para comparecer a congresso ou reunião relacionados com as suas funções; V. para participar de órgão de deliberação coletiva ou outros relacionados com as suas funções.
Universidade	Regimento Geral UFES Art. 252	Aplicar-se-á pena de repreensão ao docente que, sem motivo aceito ou justo pelo respectivo Departamento, deixar de cumprir programa a seu cargo ou horário de trabalho a que esteja obrigado.
Trabalho Invisível Docente	Estatuto UFES. Art. 56	O Conselho Departamental é o órgão superior deliberativo e consultivo do Centro, em matéria administrativa, financeira, didático-curricular, científica e disciplinar, de abertura de cursos de graduação e pós-graduação, e será composto dos seguintes membros, garantida a participação mínima de setenta por cento dos Docentes: [...] III. Chefes de Departamento; IV. Representantes dos Colegiados dos Cursos de

		<p>Graduação, em número definido pelo Conselho Departamental respectivo;</p> <p>[...]</p> <p>VI. 02 (dois) representantes do Centro no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;</p> <p>§ 1º Os docentes mencionados nos incisos III, IV, V e VI, terão seus mandatos vinculados à ocupação de seus respectivos cargos e, nas ausências e impedimentos, serão substituídos por seus representantes legais.</p>
Trabalho Invisível Docente	Estatuto UFES. Art. 59	<p>A Comissão Permanente de Pessoal Docente terá como atribuições:</p> <p>I. assessorar os Colegiados Superiores nos assuntos concernentes: a) à alteração do regime de trabalho dos docentes; b) à avaliação do desempenho para a progressão funcional dos docentes; c) aos processos de progressão funcional por titulação; d) às demais atribuições definidas pelos Conselhos Universitário e de Ensino, Pesquisa e Extensão;</p> <p>II. desenvolver estudos e análises que permitam fornecer subsídios para fixação, aperfeiçoamento e modificação da política de pessoal docente e de seus instrumentos;</p> <p>III. elaborar seu Regimento Interno que será aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.</p>
Trabalho Invisível Docente	Regimento UFES Art. 29	<p>Os Departamentos reunir-se-ão, ordinariamente, pelo menos duas vezes por mês e, extraordinariamente, quantas vezes for julgado necessário.</p>
Trabalho Invisível Docente	Regimento UFES Art. 30	<p>Compete ao Departamento:</p> <p>II. designar grupos de professores para a elaboração dos programas das disciplinas pertencentes ao Departamento, obedecidas as ementas aprovadas pelo Colegiado de Curso de Graduação do curso respectivo;</p> <p>V. ministrar o ensino das disciplinas a ele pertinentes, mediante designação dos professores, e estabelecer as normas de verificação de aprendizagem, obedecido o disposto neste Regimento;</p> <p>VI. aprovar e encaminhar ao Conselho Departamental os planos de pesquisa dos docentes;</p> <p>VII. apreciar os programas de atividades de magistério, que deverão ser elaborados pelos docentes em consonância com o plano departamental estabelecido para cada período letivo;</p> <p>IX. propor a progressão vertical dos docentes em exercício no Departamento, em face da avaliação do seu desempenho, tendo em vista os interstícios legais;</p> <p>XVI. apreciar e aprovar o relatório das atividades semestrais do Chefe de Departamento, encaminhando-o à Diretoria do Centro e à Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD);</p> <p>XXII. apreciar os pedidos de afastamento dos docentes que integram para realizar cursos de pós-graduação, especialização, aperfeiçoamento e outros semelhantes, bem como para viagens de estudo e</p>

		participação em congressos, simpósios, seminários e outros conclaves; [...]
Trabalho Invisível Docente	Resolução n° 60/1993.ART.4°	Art. 4°. No regime de 40 (quarenta) horas e Dedicção Exclusiva o docente deverá, além de atividades didático-aula, exercer uma ou mais das seguintes atividades: a) Pesquisa; b) Extensão; c) Assistência não remunerada; d) Administração; e) Coordenação do Programa de Educação Tutorial – PET; f) Coordenação do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID.
Docência	Resolução n° 60/1993.ART.4°	Art. 3°. Somente poderão ser dispensados de atividades didático-aula os ocupantes: 1.De Cargos de Direção CD1, CD2 e CD3; § 1° Poderão ficar isentos das atividades previstas nas alíneas deste artigo os professores que assumirem, no mínimo, 16 (dezesesseis) horas aula semanais.
Docência	Resolução n° 25/1986.ART.1°	Parágrafo único. Corrigidos os trabalhos, num prazo máximo de 20 (vinte) dias, o professor deverá apresentá-los aos alunos, em aula de sua disciplina, para ciência das notas obtidas, explicando os critérios utilizados na avaliação, entretanto, a média dos trabalhos escolares do semestre, deverá ser divulgada num prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas antes da prova final.
Docência	Regimento Geral UFES. Art. 107	A verificação da aprendizagem será realizada no período letivo correspondente à apuração da frequência às aulas e dos graus obtidos nos trabalhos escolares atribuídos pelos Departamentos.
Docência	Regimento Geral UFES. Art. 108	Será exigido um mínimo de 2 (dois) trabalhos escolares por período letivo em cada disciplina.
Docência	Resolução n° 60/1993.ART.2°	Parágrafo único. Será considerada atividade didático aula aquela que conferir crédito acadêmico em curso de graduação, em programas ou cursos de pós-graduação e orientação de dissertação ou tese e monografias de curso de pós-graduação "lato sensu".

Quadro 1 Prescrições do Trabalho Docente: FREITAS, 2017.

(Con

As prescrições demonstradas acima compõem o cotidiano da atividade docente. Nas entrevistas foi possível perceber a forma como as normas são vivenciadas no cotidiano do trabalho e normas que não existem nos manuais, mas existem socialmente, conforme apresentado a seguir:

NORMAS ANTECEDENTES	DESCRIÇÃO
Realização de pesquisa e publicação de artigos	A pesquisa é um elemento importante no trabalho docente e ocupa um espaço extenso do trabalho docente. Nas falas dos docentes ficou evidenciado que eles são cobrados da publicação de artigos, a pesquisa em si não é tão falada, aparece mais como um sinônimo para publicação.
Trabalhar em domicílio	É uma realidade do trabalho docente, apontado como um caminho para a realização de todas as demandas do trabalho, inclusive, é estimulado entre os docentes. É no domicílio que o docente irá ler os materiais dos alunos; elaborar e corrigir as provas; preparar as aulas; etc., incluindo finais de semana, feriados.
Uso de materiais pessoais para dar aula	Caixinhas de som; fontes; computadores; internet, etc., são usados para tornar a aula mais atraente para docentes e discentes. As salas de aula não possuem nenhum recurso previamente instalado somente o quadro branco, qualquer utensílio tecnológico ou não que o professor queira usar para sair do formato de aula expositiva terá que ser providenciado pelo próprio docente. Esta é uma prática de todos os docentes pesquisados.
Atendimento ao aluno não tem lugar	Muitos professores disponibilizam aos alunos seus e-mails, quando o aluno é seu orientando o número do celular, o que torna possível que o professor seja contatado nos momentos de seu descanso. Além desta situação, há também o atendimento dos alunos nos momentos entre aulas, seja antes ou depois.
Comportamento Institucional	Os docentes relataram que na universidade há a necessidade de um comportamento condizente com o papel que o professor exerce na sala de aula; o que inclui vestimentas, linguagem, o não envolvimento íntimo em demasia com os alunos. Os docentes apontaram situações que era necessário um comportamento profissional e que muitas vezes foge ao comportamento do docente fora da universidade.
Pontuar	A necessidade de pontuar é uma questão importante, uma preocupação e fonte de insatisfação para os docentes. Por sugestão de uma pesquisada, consultou-se a Resolução n° 48 de 2014 que fala das regras e distribuição dos pontos por atividade docente. Todos os docentes pesquisados fizeram

	menção sobre a necessidade de pontuar para progredir, e destacaram que algumas atividades, dentre elas a já comentada publicação, além da atuação no programa de pós-graduação como docente, membro de banca, orientador que são atividades que possuem pontuação média.
Gestão do Tempo Aula	Os docentes apontaram que apesar da aula ser contabilizada como sendo de uma hora, para conseguirem estar na sala de aula no horário marcado, docente e discentes precisam reduzir o tempo entre as aulas, gerar um intervalo no primeiro horário para que os alunos e o docente possam se deslocar até a outra sala, beber água, ir ao banheiro; o mesmo no segundo horário, mas, este por questão de segurança e por conta do transporte público utilizado pelos discentes. Todos os docentes manifestaram insatisfação quando o colega não respeita essa norma antecedente.

Quadro 2. Normas Antecedentes: FREITAS, 2017.

Dos pontos apresentados no quadro anterior, ressalta-se a categoria, Não obrigar aluno a assistir aula. Todos os docentes disseram que dão presença aos alunos que chegam até o final da aula e respondem ao controle de presença. Os docentes preferem tomar essa atitude, para que esses alunos não atrapalhem a aula e por saberem que esses alunos têm grandes chances de serem reprovados por nota, devido não terem aproveitado as explicações e atividades em sala de aula.

Salienta-se que a regra diz que, “§ 3º É obrigatória a frequência de alunos e professores, salvo nos programas de educação à distância” (LEI 9394). Dessa forma, quando o docente interpreta a norma a luz da sua experiência em sala de aula, dos conselhos dos colegas e aplica à norma a sua marca, há uma renormalização (Mazadre; Bianco, 2011).

Uma das professoras entrevistadas busca terminar sua aula um pouco mais cedo para não atrapalhar seu colega. Essa tolerância deve obedecer a norma antecedente de *gestão do tempo*, os professores precisam adaptar o seu planejamento de aula para não ultrapassar o

tempo e invadir o tempo da aula do colega, o que é interpretado como uma indelicadeza entre os pares.

A norma não prevê que em alguns dias o trânsito pode impedir que os alunos, o docente, chegue no horário; que o professor da aula anterior pode ultrapassar e invadir o tempo da outra; que os alunos precisam ou desejam fazer uma pausa sem ter que perder parte do conteúdo. Nesse contexto, a regra é uma orientação, que ajuda a organizar e controlar as situações (Telles; Alvarez, 2004), mas no cotidiano não é possível fazer o procedimento da exata forma como está descrito.

Uma renormalização relacionada ao controle de presença, é a tolerância com o número de faltas e a reprovação. A regra da universidade diz que: “Art. 104. A aprovação em qualquer disciplina somente será concedida ao aluno que, satisfeitas as demais exigências, obtiver um mínimo de $\frac{3}{4}$ (três quartos) ou 75% de frequência às aulas dadas nessa disciplina” (Regimento da UFES, Art. 104). Muitos professores declararam que não reprovam o aluno que têm nota e passou um pouco do limite máximo de faltas. Um dos professores entrevistados disse que até trinta por cento de falta são tolerados, desde que o aluno obtenha a pontuação média. No entanto, outro professor entrevistado afirmou que reprova por falta, e que explica aos alunos que é uma norma da universidade.

Evidencia-se que a reprovação depende do critério adotado pelo docente: desculpar as faltas do aluno que tem nota ou o cumprimento estrito da norma. Para um professor a norma e sua impessoalidade deve ser seguida, mas para outro, depende de que situação está por trás daquela falta. A renormalização pega as ações pensadas e sancionadas, incluindo as que não constam nos manuais e o sujeito coloca sobre essas normas a sua marca; faz-se uma escolha entre o todo da norma e o que é possível de acordo com seus valores e situações fazer (Telles; Alvarez, 2004; Araújo; Alevato, 2011; Mazadre; Bianco, 2011).

A universidade estipula em seu Regimento Geral e na Resolução nº 25/1986 que “Será exigido um mínimo de 2 (dois) trabalhos escolares por período letivo em cada disciplina” (Regimento

Geral UFES Art. 108), os quais devem ser apresentados aos discentes o resultado:

Parágrafo único. Corrigidos os trabalhos, num prazo máximo de 20 (vinte) dias, o professor deverá apresentá-los aos alunos, em aula de sua disciplina, para ciência das notas obtidas, explicando os critérios utilizados na avaliação. Entretanto, a média dos trabalhos escolares do semestre, deverá ser divulgada num prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas antes da prova final (Resolução N° 25/1986).

Os docentes pesquisados, quando questionados sobre a devolução dos materiais aos discentes, apresentaram posições divergentes. Uma parte dos docentes devolve as atividades para os discentes, outra parte mostra para os alunos as notas e depois recolhe, ou entrega somente a ficha resposta sem as perguntas e, por fim, há os que só conseguem entregar as atividades corrigidas antes das provas finais ou final do semestre, devido a não conseguir corrigir antes.

Aqueles professores que ficam com a atividade disseram que isso se deve ao fato do aluno questionar a nota no futuro e ter o material o resguarda. Há aqueles que não entregam porque utilizam banco de questões, logo, pode acontecer que os alunos das turmas anteriores compartilhem com os atuais. Os docentes que devolvem disseram que a prova é do aluno.

Dois aspectos se destacam. O primeiro é o descobrimento da norma, dado uma das docentes ter escolhido corrigir os trabalhos dos alunos em um outro momento fora do prazo, devido ao excesso de trabalho. O segundo, a ineficiência da administração com a organização e controle das atividades docentes, visto que, os departamentos são responsáveis por: “I. programar suas atividades e distribuir os trabalhos de ensino, pesquisa e extensão aos docentes [...]” (Regimento Geral UFES, Art. 30). É notório que a norma não alcançou a realidade do exercício docente ao permitir que o docente assumisse compromissos em quantidades que excediam as suas capacidades de tempo.

Segundo os relatos dos docentes, é comum a realização de algumas atividades docentes em casa, o que pode trazer conflitos familiares. Contudo, há aqueles que reconhecem que há vantagens na realização do trabalho em casa. Para Borges (2004), o trabalho

docente não é realizado em um ambiente fixo, mas em diversos ambientes, incluindo fora dos limites da universidade. Dessa forma, apesar das normas delimitarem as formas de atuação, ela não abarcar a totalidade das realidades que envolvem o trabalho. O trabalho docente utiliza os conhecimentos do sujeito a todo instante, o uso de si por si, visto que em toda ação, por menor que seja, há uso de si por si (Schwartz, 2007). Mas também há usos pela instituição, uso de si pelos outros, para a realização das demandas da universidade que precisam do docente para além aula (Nouroudine et al., 2004).

A renormalização acontece através dos processos de julgamento que cada docente realiza ao decidir se realizará ou não a atividade de trabalho fora da universidade. Apesar disso, as normas sociais dizem que os docentes devem comparecer na universidade, que essa ação demonstra que o sujeito está trabalhando. Dessa forma, a renormalização não acontece do sujeito consigo mesmo, mas para com o outro. A norma é interpretada e adaptada pelo crivo dos colegas, chefias e alunos em relação à realização do trabalho.

O exercício do trabalho docente envolve também a participação em reuniões. Segundo o Regimento Geral da UFES, no Art. 29, “*Os Departamentos reunir-se-ão, ordinariamente, pelo menos duas vezes por mês e, extraordinariamente, quantas vezes for julgado necessário*”. Na opinião da maioria dos docentes, as reuniões são improdutivas e tratam de assuntos que não são pertinentes. Além disso, os entrevistados mencionaram atividades relacionadas a pareceres, relatos e participação em comissões.

Para alguns docentes, as reuniões e participação em comissões fragmentam o tempo e não atribuem sentido ao trabalho. Apesar disso, os docentes devem fazer parte, visto que, segundo o Estatuto da UFES, os docentes devem ocupar minimamente setenta por cento dos cargos do Conselho Departamental:

Art. 56. O Conselho Departamental é o órgão superior deliberativo e consultivo do Centro, em matéria administrativa, financeira, didático curricular, científica e disciplinar, de abertura de cursos de graduação e pós-graduação, e será composto dos seguintes membros, garantida a participação mínima de setenta por cento de Docentes (Estatuto Da Universidade Federal Do Espírito Santo, Art. 56).

No Regimento Geral diz: “*Art. 28. Os Departamentos se compõem de professores com responsabilidades docentes nas disciplinas congregadas nos respectivos Departamentos*” (Regimento Geral da UFES, Art. 28). Dessa forma, há professores que não veem problema na participação dessas atividades, as percebem como sendo necessárias. E há docentes que a interpretam pela ótica contrária, como atividades que atrapalham o trabalho.

As prescrições e normas são parte fundamental do trabalho docente, elas orientam, dão respaldo, garantem os direitos dos docentes e dos alunos. O que é evidenciado é que no cotidiano o trabalho não acontece estritamente da forma prescrita, ocorrendo diversas renormalizações de acordo com as diferentes situações.

Conclusão

Este estudo buscou compreender como as prescrições e renormalizações influenciam no trabalho dos docentes do curso de administração da UFES. Para tal, foi preciso identificar as prescrições e as renormalizações envolvidas no trabalho docente.

Os dados mostraram que no trabalho docente há muitos elementos que interferem na sua realização, como: elementos pessoais, socioeconômicos, etc., os quais não podem ser previstos com exatidão pelas normas. Para que o trabalho docente aconteça, o sujeito coloca por completo na realização das atividades. Quando o docente entra na sala de aula, ele não pode prever as coisas que vão acontecer se será como o planejado ou não. Os imprevistos vão exigir que o docente encontre novas formas de fazer o que lhe é esperado. É preciso ser criativo, inovador para cobrir as brechas das normas; as imprevisibilidades cotidianas encontradas toda vez que o docente entra na sala de aula.

As renormalizações acontecem, quando os docentes precisam se posicionar diante do que a norma orienta e o que o sujeito opta por fazer. Uma das professoras disse que aprova o aluno desde que a falta tenha sido justificada previamente, mas que há um limite. A norma não classifica o tipo de falta, a ausência do aluno é o suficiente, mas a

professora criou uma classificação do tipo e intensidade da falta para fazer cumprir a norma ou não.

Dessa forma, este estudo buscou promover a reflexão sobre o trabalho docente e uma aproximação com os conceitos da ergologia. Investigou os aspectos que permeiam o trabalho docente, que vão além da sala de aula; abordou a forma pela qual os docentes realizam suas atividades de trabalho. Como limitação desse estudo, aponta-se o tempo em campo. Para estudos futuros sugere, o acompanhamento de uma turma durante todo o semestre, o que possibilitaria uma visão ampliada das situações vividas pelo docente em sala de aula.

Referências bibliográficas

ALVAREZ, D. (2004). *Cimento não é concreto, tamborim não é pandeiro, pensamento não é dinheiro! Para onde vai a produção acadêmica*. Rio de Janeiro: Myrrha.

ALVES-MAZZOTTI, A. J., & GEWANDSZNAJDER, F. (2002). O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. In *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*.

ARAÚJO, E. M. G., & ALEVATO, H. M. R. (2011). Abordagem ergológica da organização e das condições de trabalho em uma unidade de alimentação e nutrição. *INGEPRO-Inovação, gestão e produção*, 3(2), 10-22.

ARBEX, A. P. S., SOUZA, K. R., & MENDONÇA, A. L. O. (2013). Teaching, readjustment and health: the experience of teachers at a public university in Brazil. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 23(1), 263-284.

BARDIN, L. (2006). *Análise de conteúdo (Edição revista e actualizada)*. Lisboa: Edições, 70.

BONI, V., & QUARESMA, S. J. (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Em Tese*, 2(1), 68-80.

BORGES, M. E. S. (2004). Trabalho e gestão de si: para além dos “recursos humanos”. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 7, 41-49.

- BOUTET, J. (1998). Le monde du travail – introduction. Paris: La Découvert. In: LIMA, E. L. N.; BIANCO, M. de F. *Análise de situações de trabalho: gestão e os usos de si dos trabalhadores em uma empresa do ramo petrolífero*. Cadernos EBAPE. BR, v. 7, n. 4, p. 629-648, 2009.
- CHAUÍ, M. (2003). A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista brasileira de educação*, 24, 5-15.
- CUNHA, D. M., & ALVES, W. F. (2012). Da atividade humana entre paideia e politeia: saberes, valores e trabalho docente. *Educação em Revista*. v.28.n.2 p.17-34.2012.
- DANIELLOU, F. (2004). *A ergonomia em busca de seus princípios: debates epistemológicos*. São Paulo: Edgard Blücher.
- DANTON, G. (2002). Metodologia científica. Pará de Minas-Mg: *Virtualbooks*.
- DE SOUZA DIAS, D., SANTOS, E. H., & ARANHA, A. V. S. (2015). Contribuições da ergologia para a análise da atividade de trabalho docente. *Revista Eletrônica de Educação*, 9(1), 211-227.
- DE SOUZA DIAS, D., Santos, E. H., & Aranha, A. V. S. (2015). Contribuições da ergologia para a análise da atividade de trabalho docente. *Revista Eletrônica de Educação*, 9(1), 211-227.
- DURRIVE, L. (2007). Trabalho e uso de si; in: SCHWARTZ, Y., & DURRIVE, L. (2007). *Trabalho e ergologia. Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Niterói: Eduff, 25-36.
- FÁVERO, A. A., & PASINATO, D. (2013). O docente universitário como profissional pesquisador de sua própria prática. *Revista Contrapontos*, 13(3), 195-206.
- FISCHER, T., NICOLINI, A. M., & SILVA, M. R. D. (2005). Aos mestres de administração. *Organizações & Sociedade*, 12(35), 109-111.
- FREGUGLIA, C. S. A (2016). *Microgestão no trabalho docente em uma instituição privada de ensino superior*. Dissertação de Mestrado em Administração. Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil.

FREITAS, V. C. de. (2017). *Produção de subjetividades no trabalho docente no curso de administração da UFES: um olhar ergológico*. Dissertação de Mestrado em Administração. Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil.

FIORIN, I. (2001). Teaching. *European Education*, v. 33, p. 85-96.

GASKELL, G. (2002). *Entrevistas individuais e grupais. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*, 2, 64-89.

GONCALVES, M. da G. M. (1998). A historicidade da categoria subjetividade. *Temas psicologia*. Ribeirão Preto, 6 v.,2 n.,1998.

GONÇALVES, R. M. G., & ROCHAEL, M. C. N. (2015). A Importância Da Didática Para A Formação Do Docente Do Ensino Superior. *Revista Científica da FEPI-Revista Científic@ Universitas*, 3(1).

GRILLO, M. C. (2001). O lugar da reflexão na construção do conhecimento profissional. *Professor do ensino superior: identidade, docência e formação*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 13161-13170.

JOOSTEN, H. (2013). Learning and teaching in uncertain times: A Nietzschean approach in professional higher education. *Journal of Philosophy of Education*, 47(4), 548-563.

LEMOS, D. (2011). Trabalho docente nas universidades federais: tensões e contradições. *Caderno CRH*, 24(1).

Lei nº 8.027, de 12 de abril de 1990. (1990). Dispõe sobre normas de conduta dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília.

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (1996). Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília.

Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008. (2008). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, Seção 1, p. 1. 6.

Projeto de Lei 7200/2006. (2006). Estabelece normas gerais da educação superior, regula a educação superior no sistema federal de ensino. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília.

LIBÂNEO, J. C. (2002). *Velhos e novos temas*. Edição do autor.

MEZADRE, S., & BIANCO, M. (2011). Análise ergológica da gestão das atividades dos técnicos em eletrônica. *Simpósio de excelência em gestão e tecnologia*, 8.

MORSCHER, A. (2011). Relação: “saúde e trabalho” e clínica da atividade. ROSEMBERG, D. S; FILHO, J. R; BARROS, MEB *Trabalho Docente e Poder De Agir: clínica da atividade, deveres e análise*. Vitória. Ed. EDUFES.

NEVES, J. L. (1996). Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. *Caderno de pesquisas em administração*, São Paulo, 1(3), 1-5.

NÖRNBERG, N. E., & DOS SANTOS FORSTER, M. M. (2016). Ensino Superior: as competências docentes para ensinar no mundo contemporâneo. *Revista Docência do Ensino Superior*, 6(1).

NOUROUDINE, A. (2004). *Risco e atividades humanas: acerca da possível positividade aí presente. Labirintos do trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo*. Rio de Janeiro: DP&A, 37-62.

PETINELLI SOUZA, S., BIANCO, M. D. F., & DOMINGUES MACHADO, L. (2012). Analisando as situações de trabalho e a gestão necessária entre o trabalho prescrito e o trabalho real. *REAd-Revista Eletrônica de Administração*, 13(2).

SANTANA, A. C. L. (2013). A Representação Do Professor Universitário Na Sociedade Contemporânea. *Revista Primus Vitam-Nº*, 5(1º).

SCHWARTZ, S., & BITTENCOURT, Z. A. (2012). Quem é o “bom professor” universitário? Estudantes e professores de cursos de licenciatura em Pedagogia dizem quais são as (ideais) qualidades deste Profissional. *IX ANPED: Seminário de pesquisa em educação da região Sul*, 1-14.

- SCHWARTZ, Y. (1996). Trabalho e valor. *Tempo social*, 8(2), 147-158.
- SCHWARTZ, Y. (2000). Trabalho e uso de si. *Pro-Posições*. São Paulo, v. 1, n. 5, p. 34-50.
- SCHWARTZ, Y. (2007). A dimensão coletiva do trabalho e as Entidades Coletivas Relativamente Pertinentes (ECRP). In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Org.). *Trabalho & Ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Niterói: Ed. UFF, p.147-164.
- SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (2007). *Trabalho e Ergologia: conversas sobre atividade humana*. Niterói: Ed. UFF.
- SILVA, R. N., & BORBA, E. (2012). *A Importância da didática no ensino superior*. 2011.
- SOUZA, E. D., & BIANCO, M. F. (2007). A Ergologia: uma alternativa analítica para os estudos do trabalho. In *Congresso latinoamericano de sociología del trabajo* (Vol. 5, pp. 1-13).
- TELLES, A. L., & ALVAREZ, D. (2004). *Interfaces ergonomia-ergologia: uma discussão sobre trabalho prescrito e normas antecedentes. Labirintos do trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo*. Rio de Janeiro: DP&A, 63-90.
- TRAGTEMBERG, M. (1981). A delinquência acadêmica. Projeto História. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*. v. 1, 1981.
- TRINQUET, P (2010) Trabalho e Educação. *Revista HISTEDBR On-line*. Número especial. 93-113.
- TRIVIÑOS, A. N. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo*. São Paulo: Atlas.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (1986). *Resolução n° 25, de 4 de agosto de 1986*. Departamento de Administração dos Órgãos Colegiados Superiores, Vitória.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (1992). *Resolução n° 60, de 21 de setembro de 1992*. Departamento de Administração dos Órgãos Colegiados Superiores, Vitória, 21. set. 1992.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (2009). *Portaria n° 1775, de 23 de novembro de 2009*. Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, Vitória.

VEIGA, I. P. A. (2006). *Docência universitária na educação superior. Docência na Educação Superior*. Brasília: *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira*.